

R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial

É PRECISO DEBATER O GOVERNO LULA-ALCKMIN



EDUCAÇÃO



Páginas 4

No apagar das luzes, Bolsonaro ataca a educação pública novamente

NACIONAL



Páginas 7

Forças Armadas, golpistas e o governo Lula

POLÊMICA



Páginas 10 e 11

Governo Lula-Alckmin está em disputa?

páginadois

CHARGE

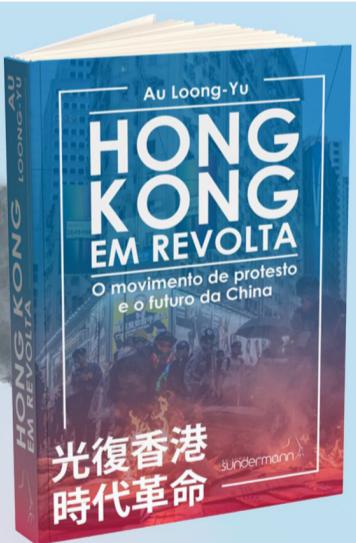


“ Eu nunca fui bolsonarista raiz ”



TARCÍSIO DE FREITAS, governador eleito de São Paulo, que quer privatizar a Educação e a Sabesp (empresa de saneamento do estado)

PRÓXIMO LANÇAMENTO



EDITORA
sundermann

www.editorasundermann.com.br



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

BOLSONARO

Provocações no apagar das luzes

No último dia 9, Jair Bolsonaro (PL) criou a “Ordem do Mérito Princesa Isabel” para homenagear pessoas e entidades que tenham prestado “notáveis serviços” relacionados à proteção e à promoção dos direitos humanos. A ordem faz referência à Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea, que proibia a escravidão. Ela era filha do imperador do Brasil Pedro II. No papel, o país aboliu a escravidão em 13 de maio de 1888, mas a luta pela liberdade datava de muito antes. Contudo, a abolição no Brasil está longe de ter sido uma benevolência da monarquia escravocrata. Na verdade,



foi resultado de diversos fatores, dentre eles, o crescimento do movimento abolicionista na década de 1880, cuja força não podia mais ser contida, tanto é que, naquele momento, apenas 5% de negros e negras continuavam escravizados. Outra

provocação de Bolsonaro foi o seu veto a um projeto de lei que proibiria a “arquitetura hostil”, expressão que define as construções feitas para dificultar o acesso de pessoas a um determinado espaço público, sobretudo aquelas em situação de rua.

SURREAL

Juíza nega que música ‘Roda viva’ seja de Chico Buarque

A juíza Monica Ribeiro Teixeira indeferiu pedido de Chico Buarque em processo que o cantor move contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo uso da canção “Roda Viva” em um vídeo na internet. No despacho do 6º Juizado Especial Cível da Comarca da Capital Lagoa, no Rio de Janeiro (RJ), a magistrada alega que falta comprovação de que a música é mesmo de Chico Buarque. “A ausência de documento indispensável à propositura da demanda, qual seja, documento hábil a comprovar os direitos autorais do requerente



sobre a canção ‘Roda Viva’, é causa de inépcia e de indeferimento”. Ou seja, a juíza não deu andamento ao processo porque, segundo ela, não havia comprovação

de que a música era mesmo de Chico. Escrita em 1967, a canção ficou em terceiro lugar no III Festival de Música Popular Brasileira naquele mesmo ano.

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta



(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



É importante debater o governo Lula-Alckmin

Nesta última edição de 2022, propomos uma discussão sobre o caráter do governo Lula-Alckmin e os desafios para a classe trabalhadora.

Existe uma compreensível expectativa da classe trabalhadora e da juventude diante do novo governo. Principalmente depois das atrocidades cometidas contra a classe e o povo pobre nos últimos anos.

Tivemos quase um milhão de mortes na pandemia; desemprego em massa; reformas que retiraram direitos históricos, como a Trabalhista e a Previdenciária; além de uma brutal ofensiva contra os mais pobres nas periferias, aprofundando o sofrimento para mulheres, negros e negras, LGBTQI+ e povos indígenas. E, ainda, ataques contra as liberdades democráticas.

Queremos dialogar justamente com esse sentimento. Será que um governo que, desde o início, promove a pactuação de continuidade desse modelo capitalista, cada vez mais selvagem, vai solucionar nossos problemas? Pensamos que não. E vamos explicar os motivos.

Mas, antes é importante chamar atenção para um fato que ocorria enquanto fechávamos esta edição. Em Brasília, algumas dezenas de bolsonaristas promoveram uma bárbara golpista, diante do olhar omisso das polícias e sem que ninguém fosse preso. A extrema-direita segue organizada e só será derrotada, de verdade, com a mudança das condições que permitiram seu surgimento e com a mobilização independente da classe, inclusive sua autodefesa.

UM GOVERNO A SERVIÇO DO CAPITAL

O novo governo parte de uma aliança com setores do imperialismo, como Biden (EUA), Macron (França) e a maioria dos governos da União Europeia; assim como com as multinacionais e com a autocracia chinesa, o mer-



Lula e Arthur Lira, chefe do 'centrão' no Congresso

cado financeiro e setores do agronegócio. Todos esses se beneficiam com a miséria da classe trabalhadora.

Um programa comum com os capitalistas não vai reverter a tendência de decadência e empobrecimento do país. Nem o processo de recolonização do Brasil pelos países ricos e multinacionais.

Ou seja, não rompe com o processo estrutural de submissão do país, responsável pela degradação e crise cada vez maiores pela qual passamos. Propõe-se apenas a administrar essa decadência de maneira diferente de Bolsonaro-Guedes, mas sem romper com esse sistema capitalista, gerador desse caos social e econômico.

Por exemplo, ao mesmo tempo em que Lula afirma que "não haverá mais privatizações", nomeou para a Secretaria Executiva da Fazenda o ex-presidente do Banco Fator, Gabriel Galípoli. Simplesmente o mesmo banqueiro que esteve à frente da privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e da Compa-

nhia de Águas e Esgotos do Rio (Cedae).

Ao mesmo tempo em que faz um discurso em defesa da Educação pública, o PT montou um grupo de transição com uma maioria de representantes dos grandes tubarões do ensino. Como avançar na Educação pública tendo à frente grandes empresas privadas que enriquecem justamente com a precarização cada vez maior do ensino?

A justificativa para as alianças com a burguesia, a direita e o Centrão é a de que estariam atuando para "acumular forças" e derrotar a extrema-direita. Mas, se propor a governar defendendo o capitalismo e com os inimigos dos trabalhadores não ajuda a acumular forças para os trabalhadores, mas sim para a direita.

Isso porque tira o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras, submetendo-os ao apoio à burguesia. O resultado disso é a classe mais desarmada, desorganizada, vulnerável e entregue, inclusive, à extrema-direita. Já vimos isso acontecer no primeiro mandato de Lula.

ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

Nesse momento, a classe trabalhadora tem duas tarefas fundamentais para evitar que os sofrimentos continuem e se aprofundem.

A primeira é buscar construir toda unidade de nossa classe para lutar contra os ataques dos capitalistas e do novo governo Lula, contra as demissões e a retirada de direitos, buscando reverter todos os ataques de Bolsonaro, como a Reforma da Previdência, além da Reforma Trabalhista de Temer e as privatizações, tanto as já feitas como as que estão em curso.

Precisamos, ainda, exigir que organizações da nossa classe não se deixem cooptar pelo governo. Caso contrário, ao invés de avançarmos, iremos retroceder. Nesse sentido, é preciso combater as direções burocráticas que submetem organizações da nossa classe à burguesia. Junto com isso, preparar a autodefesa contra a ultradireita, de Bolsonaro e sua quadrilha militar/civil, que vão estar, a todo momento, prestando ataques contra nossas liberdades democráticas.

A segunda e mais importante de todas as nossas tarefas é a construção de uma alternativa política revolucionária e independente da burguesia para nossa classe. É preciso avançar na construção de uma alternativa revolucionária e socialista para os trabalhadores terem um projeto seu.

Uma alternativa que aponte a necessidade de se atacar o lucro e a propriedade do grande capital, com a expropriação dos bilionários e das maiores empresas, que dominam mais da metade da nossa economia. Não podemos mais ficar a reboque dos vários tons de projetos da burguesia.

Para fazer isso, precisamos debater, com paciência, com a nossa classe; explicar o novo governo e porque não se pode depositar confiança em Lula-Alckmin. Organizando e fortalecendo uma oposição de esquerda, que seja alternativa a um projeto capitalista de aliança com os ricos e, também, à ultradireita. Isso é o contrário do que fazem setores como o PSOL, ao se atrelarem ao novo governo e chamar o apoio dos trabalhadores a esse projeto.

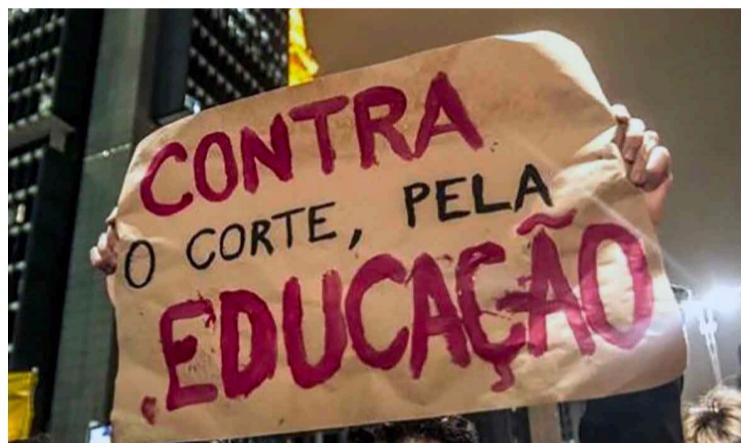
**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3HN8UD4](https://bit.ly/3HN8UD4)**

NO APAGAR DAS LUZES

Mais um ataque de Bolsonaro à Educação pública

 MARCOS KA.
SÃO PAULO (SP)

Nas últimas semanas, estudantes do país inteiro foram surpreendidos com novos ataques de Bolsonaro à Educação pública:



o corte de mais de R\$ 1 bilhão do orçamento do Ministério da Educação. Em seguida, veio o congelamento das verbas das universidades e institutos federais, deixando-os não apenas sem dinheiro para manter seus serviços, mas também para re-

alizar o pagamento de bolsas de pesquisa e de permanência.

Na prática, se trata de um tiro de misericórdia contra a Educação pública, nas semanas finais de um governo que acumula cortes e mais cortes nas áreas de pesquisa e de educação públicas. E não é sequer necessário relembrarmos de todos os ataques realizados por Bolsonaro.

O fato é que o projeto do governo sempre foi o desmonte completo do sistema de ensino público. Isso tanto para aplicar seu projeto negacionista e neoliberal, de destruição da ciência e dos serviços públicos oferecidos aos trabalhadores, quanto para beneficiar aqueles que são os mais interessados nesses ataques: a “inicia-

tiva privada”, isto é, os donos das universidades e empresas educacionais privadas.

TUBARÕES DO ENSINO PAGO

Essas empresas e universidades privadas são um dos setores que mais enriqueceu nas últimas décadas. Isso desde os governos anteriores do PT, mas com ainda mais fôlego durante a pandemia e o governo Bolsonaro. Por isso, ficaram conhecidos como “tubarões do ensino”. A Kroton-Anhanguera e a Estácio, mega-empresas que sozinhas controlam grande parte do setor de Educação do país, são alguns exemplos destes tubarões.

Uma série de projetos aprovados nos últimos anos serviu para beneficiar diretamente esse setor.

Foi assim com a Reforma do Ensino Médio e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abriram as portas da Educação Básica para a privatização, e com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e incentivos fiscais, que transferiram dinheiro diretamente da Educação pública para a privada.

O crescimento desses tubarões e a destruição da educação pública atentam diretamente contra os direitos da juventude, que, para estudar, se vê excluída do sistema público de ensino e é obrigada a pagar abusivos valores para escolas e universidades privadas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ULGEDB](https://bit.ly/3ULGEDB)

TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Tubarões do ensino seguem como protagonistas

O corte orçamentário e o congelamento de verbas promovidos por Bolsonaro fazem parte de um pacote de cortes e ataques que ele deseja aplicar enquanto ainda é presidente. E há uma grande expectativa de que, com a chegada do governo Lula, é possível reverter os ataques que foram realizados à Educação pública, inclusive retomando a sua melhoria e aprimoramento.

O problema é que o novo governo Lula, ainda em seu início, já está nascendo extremamente ligado aos mesmos setores da iniciativa pri-

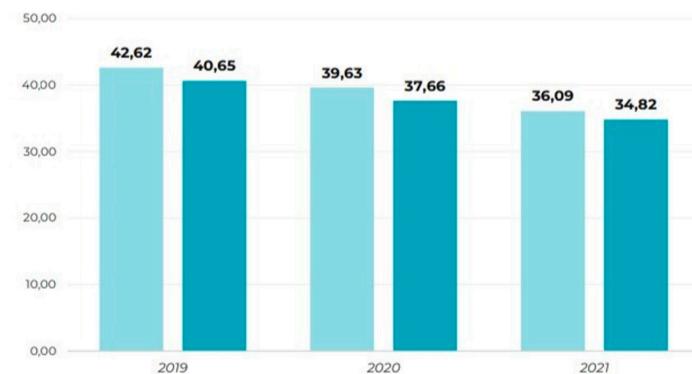
vada que têm interesse nesses ataques. A presença de Alckmin já é um primeiro sinal de alerta. Como governador de São Paulo, ele ficou conhecido por seus ataques à Educação pública, tendo, inclusive, se enfrentado com um forte movimento de ocupações de escolas secundaristas. Porém, o que vemos, agora, com as equipes de transição de governo, é que essa marca pró-iniciativa privada segue se reafirmando.

Em novembro, foram divulgados 48 nomes de integrantes da equipe da Educa-

ção do Gabinete de Transição. Dentre eles, três grandes grupos – o banco Itaú, a empresa Natura e o empresário Jorge Lemann, segundo homem mais rico do Brasil. Sozinhos, eles controlam ou financiam instituições que contam com 18 representantes dentre os 48 divulgados.

Já os institutos públicos de ensino federais contam com apenas três representantes na equipe, enquanto que só a Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma das principais faculdades privadas do país, conta com sete vagas.

Orçamento da Subfunção Ensino Superior | 2019 a 2021
valores em bilhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021



Como poderá o governo Lula-Alckmin defender a Educação pública, sendo que sua equipe de Educação é pro-

gonizada pelos tubarões do ensino, justamente os beneficiários e impulsionadores dos diversos ataques que vemos?

ATRELAMENTO

Movimento estudantil a reboque de Lula-Alckmin?

No Gabinete de Transição, também foi criado um Grupo de Trabalho (GT) de Juventude. E várias correntes e entidades do movimento estudantil entraram nesse GT, como a União da Juventude Socialista (UJS, dirigida pelo PCdoB), as entidades nacionais dos estudantes secundaristas e universitários, a UBES e a UNE, e até mesmo outros setores que rei-

vindicam um programa de independência de classe no movimento, como a UP/Correnteza (através da Federação Nacional dos Estudantes de Ensino Técnico - FENET).

Além desse GT, o PSOL (partido que agrupa correntes como o MES/Juntos, Afronte/Resistência, RUA/Insurgência e CST) também ingressou em várias outras equipes do gover-

no de transição. O PSOL, aliás, é o segundo partido com mais membros, ficando atrás apenas do próprio PT.

O problema é que a composição da equipe de Educação demonstra que as políticas que serão elaboradas e aplicadas pelo governo continuarão sendo de ataque à Educação pública, ainda que com mais mediações.

Então, o que essas organizações que reivindicam um programa de defesa da juventude trabalhadora e de seu direito à Educação pública estão fazendo nesse governo? Na prática, estão fazendo parte das discussões e elaborações que, no fim, terão como principal objetivo atacar ainda mais os direitos dos jovens e trabalha-

dores, em benefício da iniciativa privada.

Para podermos lutar contra os eventuais ataques do governo à Educação pública, precisamos estar organizados separados dele. Mas, mais do que isso: participar de um governo aliado aos “tubarões do ensino” é incompatível com a luta em defesa dos direitos e interesses dos jovens e trabalhadores.

PARTIDO

O Opinião Socialista nas portas de fábricas, canteiros de obras e nos bairros populares


**ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)**

Aúltima edição do “Opinião Socialista” foi especial. Trouxemos em nossas páginas desafios colocados para a classe trabalhadora brasileira, após a derrota eleitoral de Bolsonaro.

O PSTU defende que a classe trabalhadora deva seguir as suas lutas no caminho da independência de classe, sem depositar confiança no novo governo de conciliação

com a burguesia, construído pelo PT com o apoio do PCdoB, do PSOL e da UP.

A nossa tarefa, desde já, é avançarmos na organização e na mobilização, de forma independente, da classe. E, a partir disso, construirmos uma oposição de esquerda e de classe, tanto para enfrentarmos a extrema-direita, quanto para defendermos nossas reivindicações e construirmos uma alternativa da classe trabalhadora, independente da burguesia.

E foi esse desafio que debatemos com a nossa classe, através da edição especial do “Opinião Socialista”. De Norte a Sul do Brasil, a nossa militância desenvolveu várias atividades com o jornal: piquetes em porta de fábricas; conversas com os operários da construção civil dentro dos canteiros de obras; rodas de conversa; venda nos bairros e em atos públicos.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3VWLPKV](https://bit.ly/3VWLPKV)**



No ABC Paulista, piquete do Opinião na fábrica das Mercedes.

VEJA COMO FORAM AS ATIVIDADES:

BELO HORIZONTE (MG)

A militância levou a edição especial do jornal a diversas categorias de trabalhadores, em particular à classe operária, a exemplo dos petroleiros, realizando um piquete na Refinaria Gabriel Passos (Regap) da Petrobrás, em Betim, na região metropolitana.



Em Minas Gerais, o Opinião é oferecido na Regap - Petrobras.

BELÉM (PA)

Os militantes do PSTU levaram o “Opinião Socialista” às obras da construção civil e realizaram conversas com os operários e operárias sobre os temas em debate no jornal.



SÃO PAULO (SP)

Militância do PSTU realizou piquetes com o “Opinião Socialista” em fábricas da Zona de Sul da capital paulista. O jornal também foi vendido aos ativistas na Marcha do Dia da Consciência Negra, na Avenida Paulista.



Em São Paulo, o Opinião vai às fábricas Zona Sul.

ABC (SP)

No ABC Paulista, a militância do PSTU realizou piquete com o jornal e conversou com os operários da Mercedes-Benz e da Scania.



No ABC Paulista, operários da Scânia com o Opinião Socialista.

FORTALEZA (CE)

Na capital cearense, a militância do PSTU levou a edição especial do jornal para dentro das obras da construção civil. Foram realizadas visitas de apresentação do jornal em diversos canteiros de obras.



Em Fortaleza, trabalhadores da construção civil recebem o Opinião.

RIO DE JANEIRO (RJ)

A militância realizou piquete com o jornal no Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), também vendeu o “Opinião Socialista” na Marcha da Periferia, no bairro de Madureira, e no Ato de Mulheres, realizado na Cinelândia.



Cyro Garcia com o Opinião na Marcha da Periferia no Rio de Janeiro.

CRICIÚMA (SC)

A militância do PSTU levou o jornal aos operários da MDS Metálica, empresa que produz discos de freio, e conversou com os trabalhadores e trabalhadoras sobre os desafios para 2023 e as lutas que necessitaremos travar.



Em Criciúma o Opinião está nas portas das fábricas.

MEIO AMBIENTE

Sem ruptura com o agro, não será possível salvar a Amazônia



**JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO**

Segundo um estudo do Mapbiomas, em 1985 apenas 6% da Floresta Amazônica de toda a América do Sul haviam sido desmatados, transformado-se em cidades, pastagens e lavouras. Mas, em 2021 essa área quase triplicou, chegando a 15% de toda a região, quase 1.250 milhões de quilômetros quadrados, o equivalente a duas Ucrâncias.

O tamanho da destruição varia de um país para outro: no Suriname, Guiana e Guiana Francesa é de apenas 1,6%; mas, no Brasil chega a 19%. Ou seja, estamos muito próximos do “ponto sem retorno”, calculado pelos cientistas na faixa entre 20% e 25% de perda da cobertura vegetal.

Cruzar esse ponto significa que o bioma deixará de ser um sumidouro de carbono de importância planetária,

para se tornar em um emissor dos gases-estufa, ampliando o aquecimento global e as mudanças climáticas, com consequências catastróficas para a civilização.

BOLSONARO E SUA BOIADA DESENFREADA

Sob Bolsonaro, a Amazônia brasileira perdeu, em florestas, uma área equivalente a dois estados do Rio de Janeiro – mais de 86.468 Km². Contudo, o número vai crescer, pois ainda não foram computados os dados do desmatamento de 2022.

Seu governo passou a boiada nas leis ambientais, na fiscalização e promoveu o roubo de terras públicas pelo agronegócio, a invasão de garimpeiros e o crime organizado em Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Os assassinatos de Dom Philips e Bruno Pereira são apenas o ponto mais visível da barbárie promovida por Bolsonaro

e seu bando de malfeiteiros.

Esse é o resultado de governar para o agronegócio. Sem romper com esse modelo de agricultura, não só a Amazônia, mas todos os biomas brasileiros estão condenados à destruição.

SEM RUPTURA COM O AGRO

Lula diz que vai promover um agronegócio sustentável, sem ruptura; isto é, não deverá fomentar nada que implique em mudanças drásticas na atuação do Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro, conforme reportagem da Agência Estado, em 13 de dezembro. Inclusive, até se gaba, afirmando: “Pergunta ao agronegócio se ganhou tanto dinheiro quanto ganhou no meu tempo”.

O problema é que não existe “agronegócio sustentável”, pois esse modelo de agricultura exige uma permanente expansão territorial, para diminuir os custos de produ-



Agronegócio precisa se expandir territorialmente, destruindo os biomas, para baixar os custos de produção.

ção. E manter a atuação do Ministério da Agricultura só pode significar impulsionar a devastação ecológica.

NEOLIBERALISMO AMBIENTAL

O ecologismo neoliberal de Marina Silva tampouco oferece alguma solução. Sua política visa promover a ex-

ploração florestal “sustentável” de áreas públicas, a comercialização de “serviços ambientais”, a venda de créditos de carbono, entre outras medidas de cunho neoliberal e financista. Por esse caminho, nem a Amazônia nem qualquer outro bioma brasileiro será salvo, como a história recente demonstrou.

34 ANOS DO SEU ASSASSINATO

O sonho socialista de Chico Mendes segue vivo



Chico Mendes

É preciso retomar o caminho traçado por Chico Mendes que aliaava a luta pela preservação ecológica com o combate ao capitalismo. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Xapuri, Chico foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, aos 44 anos, com um tiro de escopeta no peito.

Chico liderou a resistência do movimento seringueiro

contra a destruição da Amazônia; promoveu os “empates”, piquetes armados de seringueiros que impediam as ações de desmate da floresta; realizou alianças com os povos indígenas e lutou pela criação da Reservas Extrativistas, uma modalidade de Reforma Agrária adequada ao modo de vida dos seringueiros.

SOCIALISMO NAS SELVAS

Mas, Chico Mendes também foi um socialista, que sonhava com uma sociedade livre de qualquer opressão e que pudesse criar um modelo específico de desenvolvimento, que preservasse “a floresta em pé”. Sob o capitalismo, como Chico sabia, isso é impossível, como comprova a ininterrupta continuidade da destruição da Amazônia após seu assassinato.

A biodiversidade amazônica é enorme, existindo entre 100 a 280 espécies de árvores em cada hectare, e muito pouco foi estudado pelos botânicos. Toda essa biodiversidade tem um enorme potencial científico, podendo ajudar a conhecer e curar doenças.

Microrganismos também servem para desenvolver processos industriais e auxiliar em um novo modelo ecológico de agricultura. Além disso, a floresta também pode oferecer uma gama gigantesca de materiais que podem vir a ser os biomateriais do futuro.

REVOLUÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Para conhecer essa imensa biodiversidade seria preciso um investimento massivo em ciência, especialmente na criação de um centro de pesquisa no coração da Amazônia, aliando “a ciê-

ncia indígena de milhares de anos com a ciência contemporânea, de forma harmoniosa e operativa”, como explica Carlos Nobre, um dos maiores cientistas do Brasil. Nobre é um defensor da criação de um centro de pesquisas da maior floresta tropical do planeta, semelhante ao famoso MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

Tudo isso está muito distante dos planos do futuro governo Lula. Criar um modelo de desenvolvimento que mantenha a floresta em pé exige uma ruptura com o agronegócio e a dominação econômica imperialista, numa “revolução socialista mundial”, como escreveu Chico Mendes, que unifique “todos os povos do planeta num só ideal”.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3BZYMCE](https://bit.ly/3BZYMCE)**

DIREITA

As manifestações golpistas, as Forças Armadas e o governo Lula

 MARIÚCHA FONTANA,
DE SÃO PAULO (SP)

O silêncio de Bolsonaro por mais de 40 dias foi uma forma de apoio contundente às manifestações em defesa de um golpe militar e, ao mesmo tempo, evitar em ser preso. Primeiro, seus militantes bloquearam estradas, com a conivência e até apoio explícito de militares da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Depois, se voltaram para acampamentos coordenados nas portas dos quartéis.

Tanto o bloqueio das estradas, quanto os “patriotas” que reclamam por “intervenção Fe-

deral” e não aceitam o resultado eleitoral, são financiados por setores da burguesia, recebem o apoio político do governo, do Ministério da Defesa, de militares da reserva e da ativa e, ainda, contam com a conivência da cúpula das Forças Armadas (FFAA).

Não por acaso, o general Braga Netto, vice de Bolsonaro, consolou uma manifestante golpista em Brasília, lhe dizendo “não perca a fé”. Já o ex-comandante do Exército, General Villas Boas, após as eleições, falou no Twitter em “atentados contra a democracia”, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF)

e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destacando que “a população segue aglomerada em frente aos quartéis pedindo socorro às Forças Armadas”, em nítido apoio às manifestações golpistas.

Em 29 de novembro, Ronaldo Travassos, sargento da ativa, da Marinha, hoje lotado no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado pelo General Heleno, declarou que “Lula não sobe a rampa”, incentivando ações no dia da posse de Lula.

As FFAA, depois de “fiscalizarem as eleições”, coisa que já não é da sua alçada, produziram um relatório que não conseguiu comprovar fraude alguma. Mas



Terroristas bolsonaristas queimam ônibus em Brasília no último dia 12.

fizeram questão de emitir uma mensagem dúbia, de que haveria “risco hipotético” de fraude, para alimentar a militância golpista.

Além disso, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ainda ameaçaram deixar os cargos antes da pos-

se de Lula, para não ter de lhe prestar continência, num ato de insubordinação e “protesto” contra o eleito e, de fato, em apoio a Bolsonaro.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3HZWTZS](https://bit.ly/3HZWTZS)

IMPUNIDADE

Herança autoritária botando as manguinhas de fora

O Brasil saiu de 21 anos de ditadura, com todos seus horrores, garantindo impunidade total aos seus crimes. Ao contrário da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, deixou as FFAA intactas, assim como sua “doutrina” autoritária, seus privilégios e suas benesses.

A Constituição de 1988 carrega um entulho autoritário e negocia com os militares o Artigo 142, que eles interpretam como querem; ou seja, afirmado que este lhes conferiria um “poder moderador”. Assim, estariam acima dos três poderes da República, para “garantir a lei e a ordem”.

Nas escolas militares se ensina uma “História do Brasil” às avessas, onde o golpe militar de 1964, a contrarrevolução, é comemorada como uma “revolução” e a ditadura, como “defesa da democracia”. Onde torturadores, como Brilhante Ustra, são tratados como heróis.

A crise capitalista que assola o país, a enorme decadência, resultado da subordinação do Brasil ao imperialismo e a desindustrialização a que está submetido, permitiram o fermento social para que, agora, estes setores militares botem as manguinhas de fora.

Bolsonaro nomeou 8.000 militares para cargos executivos; deu benesses para as cúpulas das FFAA na Reforma da Previdência; buscou centralizar, em nível federal, as Polícias Militares; além de estimular e armar 900 mil colecionadores, atiradores e caçadores (CACs).

AMEAÇAS

Não vai ter golpe, mas há chantagem de golpe

Não haverá golpe militar porque não há correlação de forças entre as classes para que, hoje, haja um golpe. A burguesia e o imperialismo estão divididos, mas têm uma maioria categórica contra o golpe. Um golpe, neste momento, não teria apoio na maioria da população, nem no proletariado nem mesmo na maioria da classe média, onde se

encontra o grosso dos apoiadores de Bolsonaro. Mas, a extrema direita, incluindo uma parte das FFAA, faz chantagem de golpe, impunemente, e seguirá fazendo.

POLÍTICA DO GOVERNO LULA É DE CAPITULAÇÃO

O governo Lula, de Frente Ampliada com a burguesia, fala em “pacificação” e muitos ativistas acre-

ditam que ele não pode fazer ou falar outra coisa, porque, supostamente, “não teria correlação de forças”. Ocorre que o PT, as centrais sindicais e os movimentos sociais fazem parte da “correlação de forças”. Enquanto Bolsonaro mobiliza um setor de extrema direita, o PT (e também o PSOL e organizações similares) se propõe a ser um governo burguês, para administrar

o capitalismo em crise, e chama a classe trabalhadora e o povo à desmobilização e a confiar no STF, no Congresso, no novo ministro da Defesa e nas próprias FFAA.

Lula nomeou José Múcio Monteiro como Ministro da Defesa, um ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e ex-deputado dos partidos que apoiaram a ditadura, porque ele é “aceito”

pelos militares. Da mesma maneira que nomeará os chefes das diferentes Forças, baseado no critério de “antiguidade”.

Além disso, não está nítido se haverá investigação profunda e punição exemplar para Bolsonaro e seus familiares diante das inúmeras denúncias perante a pandemia, os muitos casos de corrupção e as ameaças golpistas.

INDEPENDÊNCIA

A classe trabalhadora deve confiar nas suas próprias forças

No segundo turno, o PSTU chamou o voto crítico em Lula para derrotar, eleitoralmente, Bolsonaro; mas alertávamos que a classe trabalhadora não deveria depositar confiança alguma no governo Lula e que seria preciso existir uma oposição de independência de classe ao mesmo. Alertávamos que, ao governar o capitalismo, o governo de Lula atacará os trabalhadores e nem mesmo combaterá, de forma consequente, a ultradireita. Pois, a derrota da extrema direita exige mobilização independente dos trabalhadores e autodefesa; bem como a mudança das condições sociais que deram, e dão, base ao bolsonarismo, o que exige enfrentar o imperialismo, os banqueiros, as multinacionais e os grandes ruralistas do agronegócio. A classe trabalhadora deve buscar sua organização independente da burguesia, a sua mobilização unificada pelas nossas reivindicações e confiar nas suas próprias forças.

INDEPENDÊNCIA

Por que os trabalhadores não devem confiar no governo Lula-Alckmin e, sim, preparar a luta e sua organização independente

 DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, Lula e Alckmin estavam sendo diplomados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), encerrando oficialmente o ciclo eleitoral e permitindo a posse, em 1º de janeiro.

Manifestações golpistas em Brasília, com incêndio de automóveis, bloqueio e tentativa de invasão da sede da Polícia Federal, mostram que a extrema-direita de Bolsonaro vai permanecer ativa, seja como oposição parlamentar ou, ainda, extra-parlamentar. Isso porque as condições econômico-sociais e políticas que permitiram seu surgimento seguem existindo e o governo Lula-Alckmin não irá combatê-las a fundo. Para isso, seria necessário enfrentar o sistema capitalista e organizar a mobilização e a autodefesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

O governo Lula-Alckmin, que une do PSOL ao Centrão, não só não se propõe a combater o capitalismo, mas defendê-lo. Da mesma forma como não aposta na mobilização operária

e popular, mas, ao contrário, joga suas fichas na desmobilização e no chamado para que os trabalhadores e suas organizações confiem e apoiem o novo governo, o sistema e essa “ricocracia”.

Sabemos que a classe trabalhadora, a juventude e os setores oprimidos depositam expectativas sobre o PT, com suas amplas alianças. O que é compreensível, ainda mais depois do governo Bolsonaro e sua política de terra arrasada de constantes ameaças e medidas autoritárias.

PRIMEIROS SINAIS

As primeiras medidas e articulações tomadas pela equipe de transição, porém, já apontam para o que será o governo Lula-Alckmin. Primeiro, um governo que, desde o início, tenta se construir como de “unidade nacional”, ampliando a já amplíssima Frente que disputou as eleições, tentando unificar todos os setores da burguesia e submeter os “de baixo” a essa unidade costurada pelos “de cima”.

Para a formação de sua base, o PT negocia com setores como o MDB (lembrando que parte já estava com ele), o PSD de Gilberto Kassab (que apoiou o bolsonarista Tarcísio, em São Paulo) e até mesmo o União Brasil, o partido fruto da fusão entre o PSL, que elegeu Bolsonaro, e o DEM.

Para a Câmara, o PT já declarou seu apoio à reeleição do atual presidente Arthur Lira (PP-SE). A articulação chegou ao cúmulo de incluir o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, procurado pelo PT para “ajudar” nas negociações, que comandou o impeachment de Dilma, foi preso por corrupção e fez vários ataques à comunidade LGBTI.

Já a articulação da PEC da Transição, que quando fechávamos esta edição tramitava na Câmara, após ter sido aprovada por uma esmagadora maioria no Senado, com os votos da base aliada bolsonarista, aponta para a manutenção dos pilares da atual política econômica.

Sob a chantagem da redução do Auxílio Brasil (que deve



Haddad, futuro ministro da Fazenda, se reúne com banqueiros.

voltar a se chamar Bolsa Família), a PEC visa substituir o Teto de Gastos por outro mecanismo de arrocho fiscal e a perpetuação de uma política econômica responsável por transferir grande parte das riquezas produzidas pela classe trabalhadora para meia dúzia de banqueiros, via pagamento da dívida e outros mecanismos.

Um governo de unidade com Lira, o Centrão, o mercado financeiro, as multinacionais e setores do agro vai governar para que e para quem? Vai revogar a Reforma Trabalhista, pa-

rar as privatizações, garantir a desprivatização para reverter a degradação da Saúde e da Educação? Vai impor medidas que garantam empregos e direitos e que, necessariamente, contrariem os interesses das grandes empresas e do mercado?

Vai governar com e para a Faria Lima (avenida de São Paulo, símbolo capital financeiro), banqueiros, ruralistas, multinacionais, ou para os trabalhadores e trabalhadoras e demais setores oprimidos, sem perspectiva de futuro, nesse país tão desigual?

DEBATE

Qual projeto de país o governo Lula-Alckmin defenderá?



Bolsonaro, Guedes e o Véio da Havan

Parte do ascenso da nova ultradireita no mundo, Bolsonaro é expressão da crise capitalista, do aprofundamento da barbárie e do processo de entrega e destruição do país. Une, assim, um ultraliberalismo na política econômica com uma perspectiva autoritária. E terra arrasada no que se refere às políticas sociais, aos temas vinculados às opressões, ao meio ambiente e às populações originárias.

Se o governo Bolsonaro e Paulo Guedes defendeu o ultraliberalismo do ditador chileno Pinochet e da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, buscando impor o “modo barbárie explícita”, de incineração de qualquer direito ou política social e de destruição ambiental; o governo Lula-Alckmin pretende manter o sistema capitalista em sua forma atual, o mesmo modelo neoliberal que, igualmente,

produz barbárie, mesmo que em marcha mais lenta ou dando políticas focalizadas e compensatórias, nos terrenos econômico e social, para segurar parte dos seus piores efeitos e assegurar a defesa da democracia burguesa.

Os programas sociais que o governo Lula-Alckmin defende estão muito longe de resolver os problemas sociais do nosso país. Amenizam algumas questões, mas, na verdade, o

fazem aprofundando a decadência do país, a privatização dos serviços públicos e o processo de empobrecimento, especialmente do proletariado e da pequena burguesia, e a desigualdade social, em benefício dos ricos.

É um programa destinado a governar o capitalismo em crise, tentando oferecer algumas concessões aos setores mais pauperizados e em aliança com o imperialismo de Biden (EUA), Macron (França), as multinacionais, inclusive as chinesas, o mercado financeiro e setores do agro.

E, por isso mesmo, o governo Lula-Alckmin não vai reverter o processo de recolonização do Brasil. Ou seja, não vai romper com o processo estrutural de submissão do país, responsável pela degradação e crise cada vez maiores pela quais passamos.

Um governo que não vai atacar os banqueiros. Pelo contrário, como já indica a PEC da Transição, que propõe manter a prioridade absoluta

do pagamento da dívida, em detrimento dos investimentos sociais, perpetuando esse mecanismo que escoa grande parte da riqueza produzida pelos trabalhadores ao mercado financeiro. Da mesma forma, vai manter a exploração da classe, não vai taxar o grande capital e continuar jogando o grosso dos impostos nas costas dos trabalhadores e da classe média.

E isso numa crise estrutural e numa conjuntura bem distante daquela de 2003. Uma situação em que, para seguir governando e gerindo essa crise, e até mesmo para garantir eventuais concessões, o governo terá que, invariavelmente, atacar a classe trabalhadora de conjunto.

DOIS PROJETOS BURGUESES

O governo Lula-Alckmin será um governo burguês, com ainda menos concessões do que foram os governos anteriores do PT. Bolsonaro também representa setores do imperialismo, mas aqueles ligados à ultradireita, como

Trump, além dos setores mais reacionários e predatórios do agro, das mineradoras, além da burguesia mais lúmpen, como Luciano Hang.

São dois projetos burgueses e o que se busca, agora, é uma tentativa de reequilíbrio e estabilidade. Não dando certo, vão recorrer a outra

alternativa, seja de centro-direita, bolsonarista, ou qualquer outra alternativa autoritária da extrema-direita, que ainda continua na prateleira.



Lula com Jusué de Alencar, presidente da Fiesp.

OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Os desafios colocados para a classe trabalhadora



Boric, presidente do Chile, enfrenta uma enorme crise de popularidade

O governo Lula-Alckmin será um governo burguês, representante do setor que, hoje, é majoritário no imperialismo, e que vai, em função de seus próprios limites, atacar a classe trabalhadora. A experiência dos governos ditos da "esquer-

da progressista", como Boric (Chile), ou o recém-deposto Castillo (Peru), já mostraram que o que se reserva diante de um projeto desses é a frustração e a desmoralização.

Diante disso, é irresponsável o apoio e a confiança que

setores da esquerda estão depositando neste projeto. Seja compondo diretamente o governo, como provavelmente fará o PSOL, seja apoiando-o "por fora", como o PCB e a UP. Trabalham para ser o "grilo falante" do governo, como expressou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). Ou pior, como faz Boulos, que afirma que quem não apoia Lula-Alckmin-Biden-Lira seria bolsonarista, querendo que a classe trabalhadora seja eterna refém do "mal-menor".

Agem, assim, para que a classe fique passiva e desmobilizada, permanecendo atrelada a um governo e a um projeto burgueses e imperialistas.

A tarefa prioritária colocada para a classe trabalhadora neste momento é construir e fortalecer uma alternativa política, classista e independente a esses dois projetos burgueses. Ou seja,

tanto a Lula-Alckmin quanto à ultradireita.

Uma alternativa que exija e chame a mobilização para a revogação completa das reformas Trabalhista e da Previdência. Que lute por emprego, salário, direitos e em defesa de carteira assinada para todos; que defende Educação e Saúde totalmente públicas, gratuitas e de qualidade. Que se rebelle contra as privatizações e por uma Petrobras 100% estatal. Que exija a suspensão do pagamento da dívida e não só o fim do Teto, como da Lei de Responsabilidade Fiscal, substituindo-a por uma Lei de Responsabilidade Social.

E, para isso, é fundamental avançar na mobilização e organização independentes da classe trabalhadora. Nesse processo, é necessário firmar uma oposição de esquerda ao futuro governo, que seja referência de luta aos setores que rompe-

rem com ele. Para tal, também é preciso estar à frente da luta e do enfrentamento contra o governo Lula-Alckmin.

Só assim, construindo uma oposição de esquerda e de classe, nas lutas e mobilizações da classe; com um projeto próprio, alternativo, de ruptura com o imperialismo, os banqueiros, as multinacionais e os bilionários, será possível lutar por nossas reivindicações e, ao mesmo tempo, enfrentar, de forma consequente, o bolsonarismo e a extrema-direita, inclusive avançando na organização da autodefesa da classe.

E isso passa pela necessidade de se debater e construir um projeto alternativo, socialista e revolucionário, que rompa com o capitalismo e aponte para uma nova organização de sociedade, socialista, e sem nenhum tipo de exploração ou opressão.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3HARXEM](https://bit.ly/3HARXEM)**

POLÊMICA

Sobre o PSOL e sua relação com o novo governo do PT

 JULIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO (SP)

A Ala majoritária do PSOL, encabeçada pelo seu presidente Juliano Medeiros e por Guilherme Boulos, já tem dado declarações defendendo abertamente participar do novo governo Lula, inclusive, assumindo cargos. Para quem se considera representante dos trabalhadores ou um militante socialista, entrar no governo Lula é um enorme erro. É louvável que existam setores do

PSOL contra esta decisão. Mas, é curioso localizar em torno do que o debate está ocorrendo.

Setores do PSOL, como MES e a Resistência, dão declarações contra a entrada no governo, com uma posição de “apoio com independência” ou “apoiar as medidas boas e condenar as ruins”. Na prática, esta linha política significa apoio permanente ao governo Lula. A deputada Sâmia Bonfim (PSOL-SP), por exemplo, demonstrou isso ao falar que “a gente vai estar na linha de frente

para garantir que o programa do Lula possa ser aplicado no Brasil”, como declarou à “Folha de S. Paulo”, em 04 de dezembro.

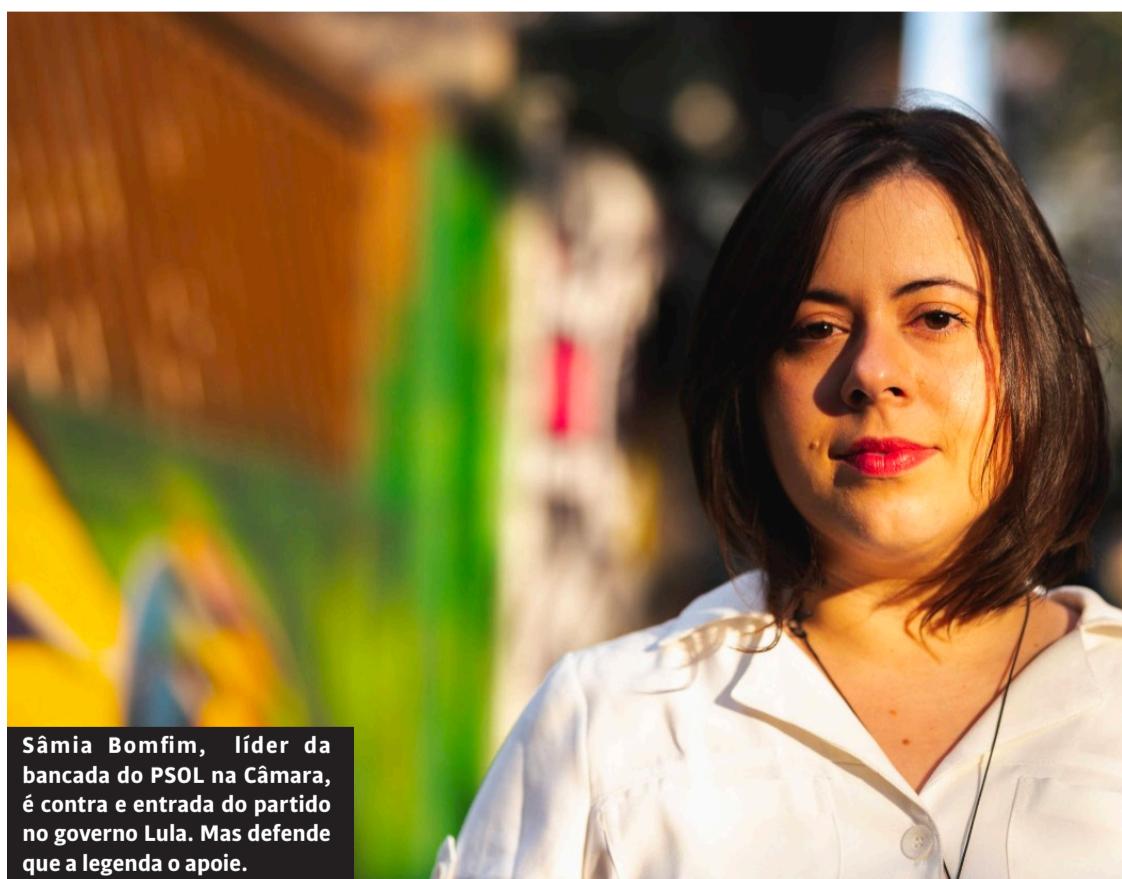
Não se trata, portanto, de uma decisão sobre ser “situação” ou “oposição”. O debate no interior do PSOL é sobre “apoio incondicional” do partido ao governo ou “com condições”, com mais ou com menos crítica. Mas ambos os setores têm acordo de que o papel do PSOL é ajudar o governo Lula. O que muda é o grau e a forma em como fazer isso.



Boulos e Juliano Medeiros defendem apoio incondicional ao novo governo Lula.

NADA PARA DISPUTAR

Nem um governo para todos, nem um governo em disputa



Sâmia Bonfim, líder da bancada do PSOL na Câmara, é contra e entrada do partido no governo Lula. Mas defende que a legenda o apoie.

Lula e o PT usam a amplitude da composição do governo como suposta prova de que o

governo seria de todas as classes sociais e setores da sociedade. Juliano Medeiros e Boulos

dizem que o governo, na verdade, estaria em disputa, entre trabalhadores e burgueses.

O problema é que os bilionários e a direita têm interesses antagônicos aos dos trabalhadores, como vemos em uma simples greve. Não é a toa que na pandemia os bilionários ficaram mais ricos, enquanto a fome e a miséria aumentaram dentre a maioria. De tal modo que se torna impossível um governo que funcione acima deste antagonismo ou que sirva tanto aos trabalhadores quanto à burguesia.

Com isso não queremos dizer que todos os governos são iguais. Há vários tipos de governos. Mas, não é possível um governo híbrido, que concilie os interesses entre duas classes cujos interesses são irreconciliáveis. Não existe um governo “meio capitalista e meio socialista”. Defender que isso é possível é cair no discur-

so liberal, que afirma que o socialismo seria “mais Estado”, enquanto o capitalismo seria menos.

Um suposto governo de todos é, na verdade, um governo da burguesia. Não é um governo em disputa. Inclusive porque sequer se trata de um problema numérico ou de quantos representantes cada lado tem, sejam dos trabalhadores ou da burguesia. Trata-se de definir e entender quais medidas, qual sistema social, quais relações sociais, qual regime político, o governo sustenta e defende.

Independentemente se o PSOL terá um ou 10 ministros, o governo Lula será um governo da burguesia para administrar o capitalismo brasileiro e que, ainda, conta com o apoio e a sustentação até mesmo do imperialismo dos Estados Unidos.

PROGRESSISTAS:

A teoria dos campos na versão PSOL

Infelizmente, é comum na esquerda a substituição da análise desde o ponto de vista de classe por uma análise baseada meramente nos chamados “campos políticos”. Assim, a ala majoritária do PSOL enxerga e tenta explicar o país reduzindo a realidade a uma luta entre o campo burguês reacionário de Bolsonaro e o campo burguês “progressivo” de Lula.

É inegável que Bolsonaro e Lula são diferentes e expressam setores burgueses diferentes, com programas diferentes. E não há dúvida sobre o projeto autoritário e reacionário de Bolsonaro.

Mas é errado concluir que devemos apoiar ou ajudar uma destas alas burguesas contra a outra, defendendo que uma delas seria supostamente progressiva. Afinal, não existe nenhum setor burguês progressivo. Onde residiria a progressividade de Biden, do banqueiro bilionário Jorge Paulo Lemann,

dono da Ambev. Ou de Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco? E todos eles estão no campo de Lula. Seria realista falarmos de uma ala burguesa que apoia o projeto de ditadura de Bolsonaro e uma ala burguesa que se coloca ao lado da reação democrática, através de Lula.

NÃO EXISTE BURGUESIA “PROGRESSIVA”

Indo mais longe com esta teoria, para o PSOL, dentro desse campo burguês de Lula, se trataria de lutar contra a sua ala à direita, que puxa para medidas capitalistas e reacionárias. Primeiro, a definição dessas alas é confusa.

Por exemplo, as centrais sindicais, que supostamente seriam parte da ala progressiva contra os capitalistas, são elas próprias contra a revogação da Reforma Trabalhista. E até o próprio PT, que mesmo se retirasse todos os setores burgueses do governo, continuaria defen-



Lula e Helder Barbalho (MDB), governador do Pará.

dendo as medidas capitalistas e o sistema capitalista de sempre.

Segundo, há um problema lógico. Se há neste campo um setor que precisa ser derrotado, ou expulso do governo, e o governo precisa ser disputado, então, onde está a progressividade deste campo? Se seguirmos a linha de raciocínio, iremos descobrir que, no fim das contas, para o PSOL, o setor progressivo do governo burguês de Lula reside apenas no próprio PSOL.

Ou seja, o partido teria que

entrar em um suposto governo progressivo, que ganha esse caráter justamente pela presença do próprio PSOL, que teria como tarefa derrota os outros setores.

O PROBLEMA DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Tentam também justificar sua adesão política ao governo pelo problema da correlação de forças. Minimizam, assim, o apoio do novo governo a Arthur Lira, as negociações promíscuas com a direita e as

medidas pró-mercado que vêm sendo desenhadas.

O governo teria pouca margem de manobra ou apoio para fazer mais. E não adiantaria o PSOL fazer oposição e tentar ocupar o lugar do PT, pois não existe correlação de forças para superá-lo e fazer algo diferente. A correlação de forças ganha poderes místicos e insuperáveis, substituindo uma análise dos atores e eventos reais da luta de classes que constituem a correlação de forças.

Diante da conjuntura atual, o que poderia ser feito para a correlação de forças melhorasse a favor dos trabalhadores? Se o problema do PT é a correlação de forças, se aliar com a burguesia ou fazer um governo capitalista, não ajuda em nada para a construção das condições para mudar a correlação de forças para melhor. Mas, sim, para pior, como a história recente já provou.

DIREITA

A oposição de ultradireita bolsonarista



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3YNGX1](https://bit.ly/3YNGX1)

Boulos argumenta que quem será oposição a Lula serão os bolsonaristas, por isso o PSOL não pode ser oposição. Diz isto, como se a defesa da construção de uma oposição

de esquerda, obrigatoriamente, ajudasse a oposição de direita. É evidente que a ultradireita bolsonarista é perigosa, segue existindo com força e deve ser derrotada urgentemente. Mas.

quem vai lutar contra a ultradireita durante o governo Lula é a oposição de esquerda.

Lula, pelo contrário, não está propondo aprofundar a luta contra o bolsonarismo, utilizando-se, inclusive, do aparato estatal. Pelo contrário. O presidente eleito vem buscando a acomodação e um pacto, inclusive com os militares. Ou alguém acredita que o governo Lula vai se enfrentar com a cúpula militar e avançar em um processo de desbolsonarização das Forças Armadas? Apoiar o governo Lula não ajuda a derrotar a ultradireita. Na verdade, ajuda a alimentá-la.

Claro que há possibilidade

de que o governo e a democracia burguesa sejam atacados pela ultradireita, através da tentativa de golpe ou algo parecido. Diante de situações reais como essas, faríamos união com os governistas contra o golpismo. Mas, para isso, é preciso que uma ação concreta deste tipo ocorra. E, mesmo neste caso, faríamos isso sem dar nenhum apoio político ao governo, fazendo exigências e denunciando implacavelmente seu caráter burguês.

Por que isto é importante? Porque só assim se ajuda a disputar a consciência dos trabalhadores para a necessidade de

les não confiarem na burguesia. Não há nada que possa mudar mais a correlação de forças do que os trabalhadores tomarem consciência disso.

Outra coisa bem diferente é tentar transformar a justa luta contra os ataques da ultradireita em uma política permanente para ajudar o governo atual a negociar com a direita. Esta é a política do PSOL na transição do governo, hoje. Ao recortarem a realidade parcialmente, só enxergam ataques da direita, ignoram os ataques que virão do próprio governo e o papel que este irá cumprir na gestão dos negócios capitalistas.

SAÍDA

Alternativa independente dos trabalhadores é a construção de uma oposição de esquerda

O papel da oposição de esquerda não é apoiar as medidas do governo, nem se confundir com a oposição bolsonarista de ultradireita. Deve ser vanguarda nas mobilizações de enfrentamento contra o governo pelas reivindicações dos trabalhadores, combatendo também a oposição de direita, mas apoiados nestas mesmas lutas.

É preciso reacender nos trabalhadores a chama da luta independente de classe contra os capitalistas e representantes da burguesia. Juntamente com isso, é preciso construir uma política de exigências e denúncias, para ajudar os trabalhadores a entenderem que este não é o seu governo, mas um governo dos ricos.

Da mesma forma, também é necessário explicar para os trabalhadores e trabalhadoras que enquanto eles não tomarem o destino em suas mãos, lutando, se organizando e defendendo um programa socialista e revolucionário, só haverá mais desgraça capitalista.

DECLARAÇÃO DA LIT-QI

Todo apoio aos protestos no Irã



LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES –

QUARTA INTERNACIONAL

Este é o terceiro mês consecutivo de protestos e mobilizações massivas generalizadas no Irã. Esta onda de lutas, que mobilizou massivamente três grandes forças sociais (as mulheres, a juventude e as nacionalidades oprimidas), colocou em crise o regime capitalista islâmico.

A profundidade das mobilizações é maior que as ocorridas nos últimos cinco anos, assim como o grau de repressão contra esta. O regime ditatorial de Khomeini completou 40 anos e, hoje, uma nova geração se levanta contra ele, reclamando seu direito a ter um futuro, onde as liberdades democráticas, o bem estar social e os direitos econômicos sejam garantidos.

A Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) apoia ativamente o direito do povo iraniano em derrotar seu governo; a tomar o destino em suas próprias mãos, livre de qualquer intervenção governamental estrangeira; e de dirigir sua revolução até o final, para assegurar a base material e social de sua liberdade. Por isso, apoiamos e nos solidarizamos com as lutas em curso.

FRENTE AO AUMENTO DA REPRESSÃO GOVERNAMENTAL, OS MANIFESTANTES MUDAM DE TÁTICA

Há vários informes de organizações internacionais sobre o alcance da repressão do regime contra os manifestantes. Nas zonas curdas, no Oeste do Irã, ao menos 80 manifestantes foram assassinados, e a Agência de Notícias de Ativistas de Direitos Humanos (HRANA), que tem sua sede

fora do Irã, contabilizou, em 21 de novembro, um total de 419 mortes.

Vários meios de comunicação também informam que foram detidos 15 mil manifestantes, que tem ocorrido torturas nas prisões e que o regime já proclamou a condenação de três ativistas à morte, sob a acusação de “moharebeh” (fazer guerra contra Deus).

Além disso, em 24 de novembro, o portal da revista britânica “The Economist” reportou que colunas de veículos blindados do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (CGRI) “[entraram] em cidades como Mahabad e Javanroud, no noroeste curdo do Irã, disparando com metralhadoras contra os manifestantes” e que “os helicópteros [voaram] por cima... os drones em círculos, emitindo canções marciais”.

A repressão mais severa está ocorrendo nas zonas curdas, com disparos contra as massas com munição real. Mas, outras nacionalidades oprimidas, como os baluchis, do Sudeste e os árabes (a maioria sunita) do Sul, também estão sofrendo.

Devido à repressão, os manifestantes estão mudando de tática, passando das concentrações massivas, nas quais o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica dispara contra a multidão, para protestos espontâneos, do tipo “flash mob”. Os manifestantes estão incendiando símbolos do Estado iraniano, como delegacias de polícia e, inclusive, a casa ancestral de Khomeini, que hoje é um museu estatal.

Muitos vídeos postados em redes sociais mostram centenares de pessoas se reunindo em locais públicos, como ruas e praças, para protestar. Muitos deles mostram pessoas queimando bandeiras do Irã ou destruindo outros símbolos do regime. Alguns mostram pessoas cantando slogans ou gritando slogans. Outros mostram pessoas se abraçando ou apoiando uns aos outros.



nas de protestos diárias, com cânticos contra o regime e a favor dos direitos das mulheres, como a palavra de ordem “O pervertido é você, a mulher livre sou eu”, nas estações do metrô de Teerã.

Em 25 de novembro, o portal alemão “Der Spiegel” citou uma ativista explicando como tem sido os protestos. “Estamos gritando das janelas, embora as forças de segurança abram fogo com mais frequência. Boicotamos as empresas que são anunciadas na televisão estatal. Usamos dinheiro vivo no lugar de cartões de crédito, recolhendo dinheiro para o povo nas zonas curdas. É difícil fazer chegar ajuda a eles, mas algumas pessoas tentam. Quando cruzamos as ruas, fazemos o sinal de ‘V’, da vitória. Choramos até dormir e despertamos com novas esperanças”, declarou uma ativista.

Nas zonas curdas começaram a circular, entre os ativistas, manuais de luta nas ruas, para garantir a autodefesa frente à repressão estatal, e ao menos 60 soldados e policiais iranianos morreram pelas mãos dos mani-

festantes. A reportagem do “The Economist” já mencionada, também informou que “os partidários do Partido da Vida Livre do Curdistão (PJAK), com sede no vizinho Iraque, dizem que estão contrabandeando armas e equipamentos de proteção através das montanhas para o Irã.”

A AGITAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO CONTINUA

Segundo reportagem publicada, em 23 de novembro, pelo portal do “The Wall Street Journal”, as greves continuam em todo o país e estão aumentando, com a contínua mobilização sindical, combinada com a resistência, agora armada, dos curdos e os protestos generalizados das mulheres e dos jovens. Os pequenos comerciantes também têm entrado em greve, regularmente, desde o início do movimento.

Em 27 de novembro, o portal “Iran International”, sediado na Inglaterra, relatou que, no final de novembro, os caminhoneiros se uniram aos protestos e, hoje, são a vanguarda da resistência ao regime. Fizeram greve em várias ci-

dades, como Isfahán, Bandar Abbas, Qazvin e Kermanshah, em apoio a outras greves de operários industriais. Esta última greve começou em 26 de novembro, quando os caminhoneiros convocaram uma paralisação de 10 dias, desferindo um importante golpe contra o regime.

Além disso, o “Iran International”, um dos meios de comunicação da oposição no Irã, informou que “numerosos trabalhadores de fábricas de aço e de automóveis” (como Esfahan Steel Company, Alvand Sarma-Afarin Incorporation, Morattab Car Manufacturing, Safe Khodro Car Manufacturing Company e Qazvin’s Pars Appliances Company) estão em greve.

Também destacou que nas últimas semanas “os trabalhadores de dezenas de unidades industriais, como as de fabricação de automóveis, eletrodomésticos, as indústrias pesadas, e de setores da petroquímica, do petróleo, do gás e da cana de açúcar” protagonizaram greves locais e, também, ocorreram protestos e repressão governamental em mais de 140 universidades.

FISSURAS

A crise do regime se agrava

O Corpo dos Guardiões da Revolução Islâmica (CGRI) funciona como uma casta econômica que controla setores chaves da economia, de for-

ma muito semelhante à dos militares no Egito. Segundo o “Der Spiegel”, o CGRI “tem o controle de enormes faixas da economia: aeroportos, ter-

minais petrolíferos, hospitais e universidades”. Esta elite nacional corrupta, hoje, é universalmente detestada pelos trabalhadores do Irã, especial-

mente no atual contexto de inflação galopante.

O governo iraniano serve aos interesses de um sistema capitalista de exploração no

país. As classes dominantes estão ansiosas para obter, mas não conseguem, investimentos imperialistas suficientes para desenvolver mais a eco-

nomia nacional. Seu projeto está debilitado pelas sanções dos EUA e da União Europeia (UE), razão pela qual estão desesperados para manter uma mão de ferro sobre o mundo do trabalho, assim como sobre os pobres e as nacionalidades oprimidas, através de ideologias reacionárias.

O agravamento da crise do regime ficou patente na Copa do Qatar. O regime orquestrou uma forte campanha de comunicação. Mesmo assim, os jogadores da equipe do Irã se negaram a cantar o hino nacional. Isto foi o resultado de uma enorme pressão popular contra a manifestação de qualquer forma de apoio público ao regime assassino.

Segundo reportagem da agência norte-americana CNN, quando, nas partidas posteriores, a equipe do Irã cantou o hino, ficou evidente para todos que isto ocorreu porque o regime havia ameaçado a vida de suas famílias.

Entretanto, a manifesta-

ção mais incrível da crise foi o espetáculo dos iranianos apoiando publicamente a derrota de sua própria seleção, como uma forma indireta de humilhar o regime. A derrota do Irã para os Estados Unidos (uma equipe profundamente odiada no Irã, devido às sanções que Washington impôs ao país), o país explodiu em grandes celebrações nas ruas.

Foi nesse contexto, celebrando a derrota de sua equipe nacional, que Mehra Samak, um iraniano de 27 anos, foi fuzilado pelo regime.

Entretanto, o regime, liderado pelo presidente Ebrahim Raisi, já não é um monólito. Fendas estão sendo abertas e podem ser ampliadas. Agora, os meios de comunicação oficiais do Irã têm citado publicamente vozes dissidentes que propuseram um referendo sobre o futuro tipo de governo. Também citam vozes que sugerem a realização de eleições para desviar as mobilizações populares.



Mulheres cortam o cabelo em protesto ao regime

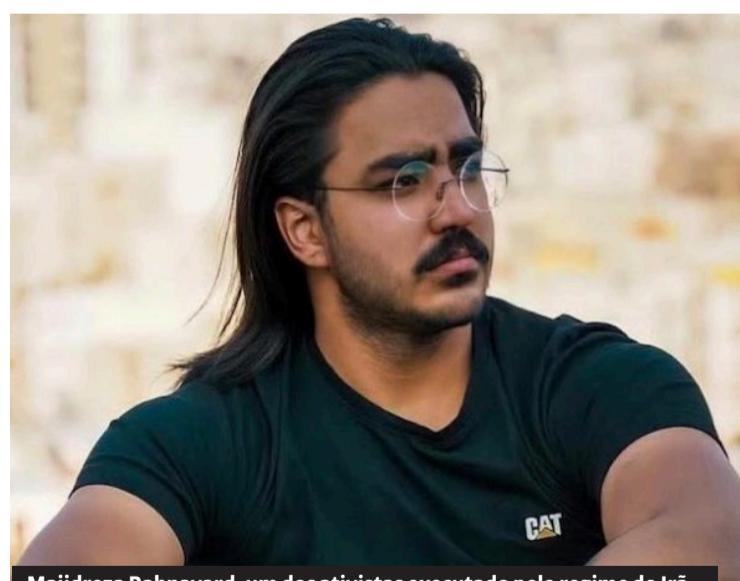
Alguns analistas também especulam abertamente a possibilidade de que “a CGRI renuncie a alguns requisitos islâmicos, como o das mulheres terem que usar o véu, como preço para manterem-se no poder”, como também foi informado pelo “The Economist”, na reportagem do dia 24 de novembro.

Também há informes que indicam que as Patrulhas de Guia (polícia do hijab) poderiam ser dissolvidas, o que seria uma enorme vitória para o movimento. De fato, numerosos informes afirmam que, cada vez mais, há mulheres que não usam véu na rua. Isto inclui mulheres de muitas gerações diferentes, tanto em

zonas urbanas como rurais, e em todas as áreas geográficas do país. As mulheres estão fazendo valer seus direitos na ação, coletivamente, protegendo umas às outras, nas ruas, e sinalizando, mutuamente, seu compromisso com a liberação.

O CAMINHO A SEGUIR

Devemos nos unir aos protestos e manifestações de solidariedade



Majidreza Rahnavard, um dos ativistas executado pelo regime do Irã.

Os manifestantes do Irã não se limitam a expressar suas reivindicações em torno dos direitos das mulheres ou das demandas econômicas. Os protestos se unificaram em torno à exigência do fim do regime. Para que ocorra uma verdadeira mudança social, o

regime islâmico deve ser derrotado pelo povo do Irã. E somente por ele.

O êxito da atual explosão revolucionária depende da capacidade de coordenação da resistência, em nível nacional; do desenvolvimento dos métodos de autodefesa

da classe operária; e do surgimento de uma direção operária independente.

A chave deste processo é o papel que o proletariado industrial pode desempenhar, organizando uma greve geral que poderia paralisar completamente o país, golpeando a CGRI. Todas as greves em curso devem ser unificadas, em nível nacional, para derrubar o regime.

O regime iraniano é um aliado de Vladimir Putin, e está fornecendo armas (drones e mísseis) para esmagar a resistência ucraniana. Uma vitória do povo iraniano contra Raisi e Khomeini, com uma categórica afirmação dos direitos democráticos, especialmente das mulheres e nacionalidades oprimidas, isolaria ainda mais Putin e estimularia a resistência ucraniana.

Como socialistas, nos oposi-

mos às narrativas transmitidas pelas correntes neoestalinistas que se alinham com o regime iraniano e caracterizam estes protestos como investigados por “agentes estrangeiros”, para desacreditá-los. Estas narrativas só fortalecem os regimes assassinos de Raisi, Assad (Síria) e Putin, que camuflam seus interesses capitalistas e justificam a sanguenta repressão do povo trabalhador sob a falsa e vazia retórica “anti-imperialista”.

Acreditamos que o atual regime do Irã deve ser substituído por um governo da classe trabalhadora. Só um governo feito e dirigido pelos trabalhadores e trabalhadoras, os agricultores e as nacionalidades oprimidas poderá colocar o controle da economia nas mãos do povo trabalhador para construir uma sociedade livre de exploração, com saúde e educação gratui-

tas, e garantir todos os direitos democráticos, inclusive às minorias oprimidas, e a plena igualdade para as mulheres e as comunidades LGTBQ+.

Em todo o mundo devemos exigir a libertação imediata dos mais de 15 mil presos políticos e o fim das sanções dos EUA e da União Europeia. Devemos nos unir aos protestos e manifestações de solidariedade.

Os trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo devem proporcionar solidariedade material aos que lutam no Irã, amplificar as vozes dos trabalhadores e trabalhadoras que dirigem as lutas e apoiar sua luta contra o regime sangrento, mobilizando seus sindicatos, organizações estudantis e comunitárias para que se unam às ações e campanhas de solidariedade.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WCB6OF](https://bit.ly/3WCB6OF)**

REVOLTA

Protestos operários e populares desafiam a ditadura na China

 **FÁBIO BOSCO,**
DE SÃO PAULO (SP)

Na noite de 22 de novembro, milhares de operários e operárias enfrentaram a violenta segurança interna dentro do complexo industrial da empresa taiwanesa FoxConn, na cidade de Zhenzhou, no interior da China continental. Vários vídeos testemunham o confrontamento, que se estendeu madrugada adentro.

Os manifestantes haviam sido recentemente contratados para substituir centenas de trabalhadores e trabalhadoras que “fugiram” da fábrica, no início do mês, devido à política de “closed-loop” (“círculo fechado”) que obriga os 200 mil operários a viver dentro do complexo industrial, fisicamente apartados da cidade (e do mundo).

O “closed-loop” foi implantado em meados de outubro, como parte da política nacional de combate à COVID, chamada “Covid-Zero”, e também implica no fato de que, dentro do complexo industrial, operários e operárias que testem positivo para o vírus (assim como seus colegas próximos) sejam confinados em dormitórios, com acesso restrito e irregular à alimentação e aos artigos básicos.

CONFINAMENTO E EXPLORAÇÃO A SERVIÇO DO IMPERIALISMO

As condições de contratação dos novos trabalhadores não foram respeitadas. Ao invés do pagamento de US\$ 3.500 para dois meses de trabalho (cerca de R\$ 18.500, um salário atrativo para esta região no interior da China), o valor estipulado foi de US\$ 3.500 para quatro meses de trabalho, confinados no complexo industrial e sob condições aviltantes.

Rapidamente, a Apple interveio no conflito, preocupada com a repercussão mundial dos protestos operários e precisando retomar a produção plena, para abastecer os mercados mundiais com o novo iPhone 14, cujo modelo mais econômico custa US\$ 800 (cerca de R\$ 4.400 mil).

No dia seguinte, a FoxConn anunciou que iria cumprir as condições originais de contratação e que pagaria uma indenização de US\$ 1.400 (R\$ 7.500), além de fornecer transporte gratuito para que os novos trabalhadores que não quisessem permanecer na fábrica regressassem às suas casas.

A FoxConn é a principal montadora de produtos da gigante estadunidense Apple.

Metade de todos os iPhone produzidos no mundo é feita em Zhenzhou. A FoxConn é responsável por cerca de 5% de todas as exportações chinesas.

Em vários sentidos, a FoxConn é um retrato da China hoje: ingresso maciço de capital estrangeiro; produção em larga escala para o mercado nacional e internacional; expulsão de milhões de camponeses para prover a mão-de-obra barata nas indústrias; superexploração da classe operária; e, mais recentemente, realocação industrial para o interior do país para fugir dos salários mais altos conquistados pelas lutas da classe operária nas regiões costeiras, em particular a província de Cantão, no sul, junto de Hong Kong.

Estes protestos operários não foram os únicos. Na semana anterior, uma multidão de trabalhadores migrantes protestou contra o desabastecimento de alimentos no distrito industrial de Haizhu, em Cantão, onde 1,8 milhão de operários ficaram confinados por três semanas, devido à política de “Covid-Zero”.

PROTESTOS POPULARES EM VÁRIAS CIDADES CONTRA A MORTE DE DEZ PESSOAS EM XINJIANG

Na quinta-feira, dia 24, um incêndio em um edifício residencial na cidade de Urumqi, na província de Xinjiang, provocou a morte de 10 pessoas confinadas no 15º andar. A

cidade estava em “lockdown” (bloqueio total de circulação) havia quatro meses.

No dia seguinte, começaram protestos na cidade de Urumqi contra a draconiana política de “Covid-Zero” e por liberdade. No final de semana, estes protestos se espalharam para 50 campi universitários e importantes cidades como Xangai, Pequim, Cantão, Wuhan, Nanjing e Chengdu.

Em Xangai houve repressão e prisão de manifestantes. Oradores lembraram a limpeza étnica contra a população da etnia “uighur”, majoritária em Xinjiang, e até mesmo o “Massacre na Praça da Paz Celestial” (Tiananmen), em junho de 1989. Setores de vanguarda dentre os manifestantes gritaram palavras de ordem contra o ditador Xi Jinping e o regime de partido único.

Em Pequim, a principal manifestação foi na prestigiosa Universidade de Tsinghua e contou com a participação de dois mil estudantes, que exigiam liberdade de expressão e, a exemplo dos estudantes na Praça da Paz Celestial, em 1989, cantaram a Internacional, o hino internacional dos trabalhadores e trabalhadoras.



LUTA DE CLASSES

Os desafios da ditadura chinesa

Recém reeleito para um terceiro mandato, Xi Jinping terá importantes desafios pela frente. Por um lado, a política de “Covid-Zero” pode levar várias empresas importantes a transferirem parte de sua produção para outros países. A própria FoxConn anunciou investimentos em sua unidade no sul da Índia, para produzir iPhones. Além disso, a disputa entre o imperialismo ocidental e a China pode ser outro motivo para o enfraquecimento do capitalismo chinês.

Por outro lado, estes protestos operários e populares podem ser a ponta de lanza de um processo mais amplo de lutas por direitos sociais e democrá-

ticos, que cedo ou tarde virá. Eles, necessariamente, enfrentarão um inimigo poderoso. O regime chinês suprime a liberdade de expressão, de organização e de imprensa. Líderes de greves e protestos são presos e/ou mantidos sob estreita vigília. Até mesmo advogados trabalhistas são perseguidos.

Apesar da repressão, há fatores que podem potencializar as lutas. O desenvolvimento capitalista na China gerou o maior proletariado industrial do mundo, parte dele trabalha para o capital privado nacional e internacional, e parte dele em empresas estatais.

Este processo também concentrou a população em grandes cida-



Prisão de manifestante na China

des e, além disso, o maior acesso à educação e às novas tecnologias pode ser um instrumento nas lutas sociais. Há, ainda, a memória histórica das revoluções chinesas e, em particular, os ecos dos grandes protestos da Praça da Paz Celestial, violentamente suprimidos.

Os estudantes de Pequim cantando a Internacional são um evidente sinal desta memória histórica e um antídoto contra os esforços da esquerda neoestalinista e neomaoísta de caracterizar as lutas democráticas dentro da China como pró-imperialistas. Afinal, que setor pró-imperialista canta a Internacional?

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3W9UVUA](https://bit.ly/3W9UVUA)**

CAMPO

Ataques contra quilombolas no Maranhão

Quilombos no Maranhão estão sofrendo ataques sistemáticos desde o fim do segundo turno das eleições, quando Jair Bolsonaro foi derrotado nas urnas. Segundo a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado (Fetaema), ao menos 11 casos graves já foram

registrados, sendo quatro deles nos povoados Marmorana e Boa Hora III, região de conflito no município de Alto Alegre do Maranhão, e, também, em São José de Bruno, em Matinha.

De acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Maranhão foi recordista em assassinatos no campo. Foram nove,

em 2021. Em trinta anos, a Fetaema registrou mais de 140 homicídios.

Em diversos cantos do país, fazendeiros estão aproveitando o fim do governo para desmatar, destruir e invadir. De lá para cá, o número de ocorrências cresceu, assim como o temor das comunidades quilombolas.



INTERNACIONALISMO

Rede Sindical promove conferência com sindicalistas ucranianos

A Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas e sindicalistas da cidade industrial de Kryvyi Rih realizarão uma conferência online da campanha de “Ajuda Operária para a Ucrânia”, em 17 de dezembro. Nesta conferência, ativistas e sindicalistas de todo o mundo terão

a oportunidade de ouvir um relato, ao vivo, da situação da classe trabalhadora, após nove meses de guerra.

A Rede Sindical definiu, em sua quarta reunião, realizada em abril, na cidade de Dijon (França), o lançamento da campanha de “Ajuda Operária para a Ucrânia” e o

envio de um comboio de ajuda humanitária ao sindicato dos mineiros e metalúrgicos de Kryvyi Rih.

O primeiro comboio chegou à Ucrânia no final de abril, levando 800 quilos de ajuda humanitária. O segundo comboio, com uma tonelada de ajuda humanitária, foi enviado em se-



tembro e levou uma delegação internacional de dez sindicalistas, que se reuniu com uma

delegação de sindicalistas ucranianos em Kryvyi Rih, a 50 quilômetros da frente militar.

PRESENTE!

Nossa homenagem ao Cata (Paulo Aguena)



Paulo Aguena

Faleceu na noite de 5 de dezembro, aos quase 61 anos, Paulo Aguena, o Cataatau, que dedicou a maior parte de sua vida política à militância nas fileiras do PSTU e da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI).

Reivindicou-se um trotskista e um morenista a vida inteira. Em 2016, Cataatau se separou do PSTU e, com outros companheiros, conformou outra organização, hoje

a Resistencia-PSOL, na qual militou durante esses últimos anos.

Em 1979, na Universidade Federal de São Carlos, como estudante de Engenharia de Produção, entrou para a Convergência Socialista (CS). Estreou no movimento estudantil naquele momento de efervescência e lutas contra a ditadura militar.

Entrou em uma organização revolucionária jovem e ousada, disposta a ficar o pé no movimento operário, sob as orientações de Nahuel Moreno e da Fracção Bolchevique. A Convergência Socialista teve sua direção presa em 1978 e sua primeira crise mais importante, em 1979. Cata foi chamado bem cedo a cumprir um papel central no Executivo Nacional da CS, que logo seria expulsa do PT, após o Fora Collor, conforme a Frente Revolucionária e fun-

construção e da inserção da então Convergência Socialista no movimento operário, na participação de inúmeras greves e combates, na conquista e participação em sindicatos e construção de oposições sindicais, ajudando a ganhar e organizar no partido parte do melhor da vanguarda operária.

Com a crise da LIT, em 1990, quando o nosso principal partido, o Movimento ao Socialismo (MAS), da Argentina, sofreu inúmeras rupturas e o PSTU brasileiro se viu obrigado a cumprir um maior papel na reconstrução da Internacional, Cataatau foi chamado novamente a cumprir, com outros novos companheiros, um papel central no Executivo Nacional da CS, que logo seria expulsa do PT, após o Fora Collor, conforme a Frente Revolucionária e fun-

daria o PSTU, em junho de 1994.

Neste período, Cataatau ajudou a reorganizar e reconstruir a juventude do PSTU, que, junto com a UNE, e contra o PT, dirigiu as mobilizações pelo Fora Collor. Cataatau foi anistiado pela CS, como ativista da Construção Civil de Cubatão (SP).

Diferenças políticas importantes e estratégicas sobre a relação dos revolucionários com as eleições burguesas e com o reformismo, após amplo e democrático debate interno, levaram à sua ruptura com o PSTU e com a LIT, junto com outros companheiros; que posteriormente formaram a Resistência e entraram no PSOL.

Em que pese que nossos caminhos se separaram, as diferenças estratégicas, e principistas até, que desenvolvemos; e que nos

levaram à construção de organizações bastante diferentes nos últimos anos; reconhecemos, reivindicamos e homenageamos Cataatau como um militante trotskista, morenista, socialista, capaz, abnegado, grande organizador, que sempre carregou grande paixão e ousadia no que se propôs a fazer, de quem sentiremos muita falta, como amigo de muitos de nós que continuava sendo, e como alguém que carregou junto conosco uma grande parte da nossa história.

Nos despedimos do Cataatau com essa pequena homenagem, e prestamos nossa solidariedade à sua companheira Mariana, aos seus filhos e todos seus familiares, bem como aos militantes da Resistência.

Cataatau presente!

SOCIALISMO

O dinheiro no centro das relações sociais do capitalismo

 ANA GODOI,
DE BELO HORIZONTE (MG)

Os senhores do mundo dominam tudo!", "O dinheiro é o poder", "O dinheiro existe para dominar as pessoas!". Muitos de nós já ouvimos essas frases e muitas outras, como formas de explicar o mundo em que vivemos.

Muitas delas, inclusive, associadas a teorias da conspiração, que nos parecem extremamente fora da realidade, criando argumentos alucinados sobre os eventos que vivenciamos. Mas por que essas explicações ganham força? Por que vemos o poder exacerbado do dinheiro, como a do "grande senhor" que a tudo governa?

O fato de vivermos em uma forma de sociedade muito específica gera uma percepção de mundo também muito específica. Antes de qualquer coisa, é preciso dizer que o capitalismo é uma forma de sociedade. Isso significa que este sistema possui algumas características que lhe são próprias e que fazem ele ser exatamente como é, se mantendo estável ao longo do tempo.

Chamamos isso de relações sociais, ou seja, relações que se repetem cotidianamente e que, sem elas, a sociedade possuiria outra forma. Seria outra sociedade. Essas relações formam a base do capitalismo.

Por exemplo, quando vamos ao supermercado com-

prar alimentos, estamos estabelecendo uma relação social. A questão é que no capitalismo essas relações são encobertas, elas ficam ocultas da nossa percepção.

Ou é evidente, transparente, que quando pagamos por nosso alimento, estamos estabelecendo uma relação social e não uma relação qualquer? Não é evidente! Muito pelo contrário. Isso porque no meio do caminho há um elemento que poderia ser trivial, mas, na verdade, é o centro de toda a questão: o dinheiro.

Ah, o dinheiro! Aquilo que nos permite ter acesso aos bens, aos serviços e tudo mais que a sociedade produz. E ele nos permite isso justamente por mediar e encarnar essas relações



sociais. No mercado, quando pagamos, não vemos as relações que produziram a riqueza. Não vemos relação de qualquer tipo, pois nos relacionamos, ali, não com pessoas, mas com uma coisa, o dinheiro.

Vemos apenas esse dinheiro que estava na nossa carteira

e que passará para a mão do vendedor. Ai mora toda a autonomia do dinheiro. Ele acaba circulando autonomamente, justamente por mediar e expressar as relações sociais. Assim, nossa percepção não alcança o que está por trás, o que está sendo expresso pelo dinheiro.

IDEOLOGIAS

Explicações que occultam a realidade

Não vemos como o valor do dinheiro é produzido. Assim, só percebemos que o dinheiro é a grande chave que abre todas as portas do capitalismo, que dá poder a seu possuidor, mesmo não entendendo bem de onde vem esse poder de fato.

Ora, se não vemos, se não percebemos, as relações que

de fato constituem o capitalismo, precisamos tapar os buracos que nos faltam, precisamos criar explicações que deem conta desse não visto, desse não percebido.

E é assim que muitas das teorias que tentam explicar o mundo em que vivemos surgem, tentando tapar buracos, o que as tornam muito unila-

terais em suas tentativas, não explicando, de fato, como as coisas funcionam.

Até os delírios conspiracionistas tomam alguns desses elementos da realidade como base, seja a autonomia do dinheiro, seja a existência de uma casta de poderosos que concentram a riqueza e o poder, ou seja, a grande burguesia internacional.

E é assim que a conciliação de classe também passa a fazer sentido. Tentando tapar os buracos, ela assume a possibilidade de unir todos os setores da sociedade em prol de um projeto político que melhore a vida de todos.

O grande problema dessas explicações que tapam buracos é que elas não vão

além da percepção, elas param onde a vista alcança. E, evidentemente, não tomam as relações sociais existentes e essas continuam encobertas para nós. E qual a saída para desvelar o que está encoberto, para trazer a tona o que está submerso, para ir além do poder autônomo do dinheiro? O comunismo!

A LUTA PELO COMUNISMO

A única forma de desvelar a realidade

Sim, essa palavra tem sido alvo de uma disputa mundial, ganhando significados variados. Não por acaso, as pesquisas pela pergunta: "O que é comunismo?" cresceram tanto no último ano. Comunismo é outra forma de sociedade que se centra em outras relações sociais e, principalmente, por não encobri-las.

E como isso é possível? Ao não possuir mais a estrutura do capitalismo, ao não ter o dinheiro como mediador e encarnação das relações, temos uma nova

configuração da sociedade.

Mas, como fazer isso acontecer? Destruindo o capitalismo, expropriando a grande burguesia e assim, criando condições para que o comunismo surja, e não conciliando as classes. Por isso o comunismo dá tanto medo para alguns e precisa ser transformado em um demônio. E desvelar as relações do capitalismo é parte fundamental desse processo.

Por isso a teoria marxista e, com ela, a construção de

um partido revolucionário é tão fundamental. Pois assim, não tapamos mais os buracos. Desvelamos. Revelamos. Não criamos conspiração. Mas, sim, uma alternativa de construção de uma nova sociedade, completamente livre.

Para tal, vamos responder de fato: O que é comunismo? A resposta estará no próximo artigo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3J2KIBC](https://bit.ly/3J2KIBC)

